

mulheres e à literatura feminina, com aulas leccionadas por Fatima Rhorchi (Marrocos), Habiba Laloui (Argélia), Isabel Drumond Braga (Portugal, FLUL) e Maria Antónia Lopes (Portugal, FLUC/CHSC).

Realizaram-se, ainda, duas mesas-redondas. Participaram na primeira, sobre “História Global”, François Brizay, Giovanni Ricci, Henry Frendo, Marcello Fantoni, Roberto Tufano e Tino Vittorio. A segunda debruçou-se sobre distintas formas do poder feminino nos países do Sul da Europa e do Norte de África, que têm sido desvendadas pela Historiografia, Psicologia e Literatura. Foram intervenientes Cinzia Recca, Concetta Pirrone, Fatima Rhorchi, Habiba Laloui, Isabel Drumond Braga e Maria Antónia Lopes.

Os alunos, italianos e tunisinos, mostraram-se interessados, participando com vivacidade nas aulas e mesas-redondas, onde, no dizer de muitos, viveram uma experiência enriquecedora pelos conhecimentos adquiridos e pelo ambiente multicultural e multidisciplinar em que se integraram.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

Um questionário sobre o impacto socioeconómico da guerra*

A estudiosa do mundo rural, mais concretamente da região do Baixo Mondego¹, encontra-se com as cicatrizes da guerra.

As casas adossadas às muralhas são arrasadas para dificultar a sua escalada. Os exércitos destroem as culturas e os engenhos de transformação. Os campos ficam abandonados. As populações fogem das aldeias e buscam a segurança do castelo da cidade. As religiosas do termo procuram a protecção dos muros urbanos.

* Este texto constitui a apresentação da obra de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*. Coimbra, Palimage, 2010, que ocorreu na Faculdade de Letras de Coimbra, no dia 30 de Maio de 2011.

¹ Referimo-nos concretamente à obra de Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. (Estudo de História Rural)*, 2 volumes, 2ª ed., Lisboa, 1989.

A estudiosa dos agravos e petições dos concelhos em Cortes, sobretudo dos fronteiriços, escuta vozes que se queixam dos males da guerra². Com medo do inimigo as populações abandonam os lugares e as aldeias do extremo. Faltam os alimentos nas vilas e cidades. Sobem os preços. Cresce o contrabando. Aumentam os abusos. Reina o medo e a insegurança.

Os estudiosos da guerra, dos exércitos, das armas, das táticas, das estratégias, das batalhas na Idade Média Plena ou na Baixa Idade Média pensam igualmente nas consequências das guerras.

João Gouveia Monteiro na obra *A guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*³ analisa, no capítulo 7 da I parte, o rasto da guerra, quando já antes salientara o peso de recrutar homens, equipar exércitos e financiar guerras. Temas estes que ainda mais aprofunda nos vários capítulos que escreve nos volumes I e V da *Nova História Militar de Portugal*⁴.

Miguel Gomes Martins, na sua tese de doutoramento, *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*⁵ dedica o quinto capítulo à percepção das “Outras faces da guerra”, percorrendo as problemáticas de sustentar a guerra, a violência sobre as populações e a paisagem de destruição que a mesma acarreta. E já anteriormente, na sua dissertação de mestrado, *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*⁶, se detivera num capítulo a dilucidar as consequências da guerra, enumerando, num primeiro ponto, os seus males.

² Reportamo-nos aos estudos de Maria Helena da Cruz Coelho, “As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV”, *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, 1990, pp. 59-70; “As Cortes e a Guerra”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, Coimbra, Edições Magno, 2001, pp. 61-80; “No rasto da Guerra – antes e depois”, in *Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de Estudos Medievais “A Guerra e a Sociedade na Idade Média”*, 6 a 8 de Novembro de 2008, vol. I, S. Jorge, Porto de Mós, Alcobaça, Batalha, SPEM-SEEM, 2009, pp. 287-306 e de Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Repas, *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*, Porto, Campo das Letras, 2006.

³ Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

⁴ *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 163-287, vol. V, coord. de Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 12-44 (em co-autoria com Vasco Jorge Rosa da Silva).

⁵ Coimbra, Faculdade de Letras, 2007 (tese de doutoramento policopiada).

⁶ Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

Fácil é de perceber que os Autores da obra que aqui se apresenta se encontraram cientificamente com a sua Apresentadora. E muito antes haviam-se já encontrado pessoalmente. No caso do Doutor João Gouveia Monteiro, como Colega, ainda que eu de uma outra geração, e por isso acompanhando o seu percurso académico até como membro dos júris das suas provas. No caso do Doutor Miguel Martins, mesmo como docente do mestrado que cursou em Coimbra e orientadora – conjuntamente com o anterior docente – da sua dissertação de mestrado.

Inequívocos enlances científicos e pessoais terão assim levado a este conjugar da presença dos três neste acto. Que, como podem compreender – e agora falo por mim –, é uma presença muito densa e gratificante. Por isso começo, antes de tudo o mais, por agradecer aos Autores o convite me dirigiram para apresentar o seu livro.

E passemos a fazê-lo.

A obra de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, editada pela Palimage, é, como bem se deduz pelo que anteriormente dissemos, uma obra de síntese. Qualquer destes investigadores já tinha, em anteriores estudos – os citados e muitos mais –, afluído esta questão. Como muito outros historiadores também já o haviam estudado, em diversíssimos trabalhos e atravessando diferentes cronologias.

Trata-se, pois, de uma obra de síntese da maior utilidade pedagógica como o são, no geral, as sínteses. Mas esta muito em particular, porque abrangente no devir cronológico, modelarmente estruturada e bem actualizada no plano científico.

Abre o estudo com uma nota de apresentação em que os Autores expõem os motivos que os levaram à elaboração do trabalho, desde prestarem atenção a um aspecto que menos tinham desenvolvido nos seus estudos, ou seja, “a história social da guerra”, até ao aproveitamento de uma investigação realizada em torno da temática “Fronteiras medievais em guerra” e agora alargada.

Depois de uma reflexão introdutória “acerca do longo e complexo processo de construção da fronteira luso-castelhana”⁷, os Autores optaram

⁷ João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, *As cicatrizes da guerra...*, p. 10.

por dividir o período medieval em estudo, que arranca depois da Reconquista, em dois cortes cronológicos – um primeiro entre 1250 e 1350, o qual ficou a cargo de Miguel Gomes Martins e um segundo entre 1350 e 1450, que coube a João Gouveia Monteiro, divisão previsível dada a cronologia da produção historiográfica de cada um deles.

Qualquer destes períodos vai ser explorado em torno de dez consequências da guerra, a que prioritariamente quiseram dar atenção. E neste número dez – já que poderiam ser mais ou menos os agrupamentos das questões a abordar –, eu vislumbro uma influência das “dez paixões...” do Doutor João Gouveia Monteiro, agora não em forma de romance⁸ mas de impacto da guerra. Esta grelha de análise “afrontada”, como é próprio dos exércitos que os Autores tanto estudam, permite-nos uma leitura cronológica e ou cronológico-temática do conteúdo do texto. Será por esta última proposta que lerei esta obra.

A introdução, no item “construir e viver a ‘fronteira’”, coloca-nos perante a problemática do significado do termo fronteira, para em seguida alertar para o sentido permeável e não rígido da mesma. Realça-se, porém, a importância da fronteira de castelos, definida a partir de D. Dinis, e atenta-se na bivalente conotação de encontro e conflitualidade que a fronteira encerra. Esclarece-se ainda que a obra privilegiará a fronteira terrestre com Castela, embora também atenda à fronteira marítima do reino, e ainda que não deixe, aqui e além, de incluir exemplos de outros espaços.

Logo depois anuncia-se o espectro e as dores da guerra dando voz aos representantes dos concelhos em Cortes, que sempre se manifestavam contra uma política de guerra. Na verdade, guerra representava recrutamento de homens, mais impostos para a sustentar e novos abusos e imposições de oficiais régios e de senhores. Guerra era ainda perigo de criminosos e malfetores em marcha, quando os homiziados começaram a ser recrutados

⁸ Alusão à ideia posta em prática pelo Doutor João Gouveia Monteiro, enquanto foi Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, de lançar um projecto designado “Dez Paixões em forma de Romance” e dirigido a toda a comunidade universitária de Coimbra, docentes, discentes e funcionários, que consistia num inquérito e votação inicial sobre os livros que mais os tinham impressionado e depois promover debates e várias iniciativas em torno dos dez “mais”, escolhidos por um júri, de entre os trinta mais votados.

para o exército real. Também as hostes reunidas ou em trânsito, se criavam desde logo um clima de excessos, podiam mesmo desencadear verdadeiros estados de guerra ainda antes da sua eclosão.

Por fim, nesta introdução, apresentam-se as preocupações da coroa com a defesa da fronteira, traduzidas em várias medidas.

Uma primeira, o seu povoamento, incentivado através da criação de coutos de homiziados, portanto de homens fora da lei que se captavam para a fixação em lugares fronteiriços, isentando-os das suas penas e dando-lhes determinadas condições de deslocação no reino. Uma segunda vertia-se no cuidado com a rede de castelos que protegiam a fronteira, os quais recebiam, no geral, mais atenções dos monarcas que os situados no interior do reino. Uma terceira estabelecia que o valor da fortuna dos “aquantados” para servirem no exército com determinado equipamento era mais baixo no caso dos moradores nas terras fronteiriças que em outras localidades, dado tornar-se imprescindível a presença de homens armados para defesa destes espaços raianos. Uma quarta, que se poderia incluir na anterior, evidencia que o número de besteiros era superior nas comarcas do Algarve, Alentejo e Beira – aí se recrutando 60% do total dos besteiros do reino – exactamente pelas motivações defensivas que atrás se aduziram. Finalmente, uma quinta diz respeito à nomeação de fronteiros, escolhidos entre a alta nobreza, para com maior eficiência protegerem as fortalezas, enquadrar os homens e dirigir as operações de guerra, em vários espaços da raia.

Se qualquer destas medidas era, na óptica do rei e da coroa, um benefício para as populações de fronteira e para ao reino em geral, elas constituíam-se em pesados encargos e eminentes ameaças de perturbações sociais e abusos de poderes.

Terminada a introdução, os Autores, como dissemos, passam a analisar mais profundamente as consequências da guerra em dois períodos distintos. Miguel Martins começa por enunciar os principais conflitos e guerras internas e externas durante os anos de 1250 a 1350, destacando as guerras com Castela de 1250 e de 1252-1253, de 1296 e de 1336-1338, além dos enfrentamentos de D. Dinis com o seu irmão D. Afonso em finais do século XIII e a guerra civil de 1319-1324. Já Gouveia Monteiro achou desnecessário especificar o quadro de guerra no século que medeia entre 1350 e 1450, dado que, porque bem mais intenso é sobejamente conhecido, com as guerras

fernandinas, as da crise de 1383-1385, as do reinado de D. João I e os conflitos da regência de D. Pedro entre 1438 e 1449.

E eis o primeiro efeito indesejável da guerra – o derrube de casas de morada. Como os Autores bem referem este acto podia ser levado a cabo pelos próprios agravados, para não favorecer o inimigo, sobremaneira quando as casas estavam adossadas a muros e facilitavam a sua escalada. Mas, evidentemente, os agressores não poupavam os lugares por onde passavam, arrasando as habitações dos seus moradores, muito em particular as que se encontravam desprotegidas fora das muralhas, ou mesmo toda uma aldeia, como Assumar, durante a campanha de Afonso XI em 1337.

Todo este cenário se vislumbra em qualquer dos períodos estudados, sendo os exemplos particularmente significativos no contexto das guerras fernandinas.

Um segundo malefício da guerra evidenciado é “o estrago de terras e instrumentos de produção e o roubo de gado”, como o designam os Autores. Trata-se dos efeitos perversos do clima bélico no sistema agro-pecuário, destruindo os inimigos as culturas e todo o aparelho produtivo e roubando gado. Acto de duplo efeito – por um lado os saques e roubos aprovisionavam as tropas dos atacantes, por outro os atacados ficavam sem reservas para si mesmos ou para abastecerem circuitos mais amplos, desde logo as praças-fortes defensivas. Além disso a política de terra queimada deixava os homens que a sofriam carenciados e diminuídos nas suas capacidades económicas e tributárias face à coroa, enfraquecendo o erário régio.

Este cenário desenha-se em qualquer dos períodos, embora os exemplos de incêndios, destruições de quintas, instrumentos, engenhos e lugares de armazenamento sejam em maior número e mais elucidativos no segundo, como a razia pelos exércitos de Juan I de Castela da quinta de Santa Iria de Azóia, em 1381, ou, no reverso, a incursão de Antão Vasques por terras de Castela, em 1385, que lhe rendeu milhares de cabeças de vacas, ovelhas e porcos, além de prisioneiros, que não valeriam menos, quando se sabe que o resgate de um lavrador de Aroche ascendeu a 100 000 reais.

Avançam os Autores para o terceiro mal, agora atentando no roubo de bens pessoais e outros abusos que, em boa parte, é a continuação do item anterior.

As pilhagens de produtos de toda a ordem, dos alimentos aos bens pessoais, era perpetrada por combatentes inimigos, vindos por mar ou por terra. Todavia, mesmo os exércitos do reino e seus aliados em marcha ou estacionados à espera dos recontros militares ou ainda todo o conjunto de pessoas ligadas ao aparelho militar – fronteiros, alcaides, coudéis – as podiam levar a cabo, agravando a situação. As aposentadorias destas gentes eram ocasião de roubos de bens, de maus tratos ou de desonra, sobretudo devido aos abusos sobre mulheres, como os que cometeram os ingleses no Alto Alentejo em 1381-1382. E mesmo as requisições de produtos que os reis faziam para abastecer os exércitos, já que muitas vezes não eram pagos, se tornavam em verdadeiros actos de espoliação legitimada.

Danoso era ainda o aprisionamento e cativoiro de homens no contexto das guerras, sempre apetecíveis pelos resgates que podiam proporcionar, ou, já no seu rescaldo, os actos de banditismo e malfetorias que se lhes seguiam.

Neste particular acho que vale a pena olhar a imagem com que os Autores bem ilustraram a capa desta obra⁹. Na pilhagem de uma casa saem pelas portas e janelas panelas, bacios, alguidares, jarros e almofadas. Forçam-se pipas e o vinho jorra pelo chão ou escorre pela garganta dos homens. Rouba-se a arca da casa, o cofre dos moradores, onde, de acordo com as posses, estariam o enxoval de cama, de mesa ou de corpo, as relíquias da fé ou a memória dos escritos. Descobrimos o júbilo dos atacantes e entrevemos a dor dos atacados.

Seguem os Autores enunciando, num quarto lugar, o mal do despovoamento do campo e de aglomerados urbanos. Fugiam os homens com medo dos ataques, muitas vezes para lugares amuralhados mais seguros, abandonando terras e casas. Todavia este tema tem muitos imbricamentos, como bem o percebem os estudiosos dos séculos XIV e XV ao percorrer o discurso dos povos em Cortes, já que tal argumento é esgrimido com vários fins para obter deferimentos. E, na realidade, a mobilidade dos homens ocorre por múltiplos motivos para além do espectro da guerra, como desde

⁹ Trata-se de uma iluminura das *Chroniques de France ou de St. Denis*, de finais do século XIV (British Library, Ms. Royal 20 C, VII, f. 41v), que representa a pilhagem de uma casa em Paris.

logo os abusos senhoriais ou a atracção de privilégios e regalias noutros centros concelhios.

Certo é que, como é relevado por João Gouveia Monteiro, muito se esforçavam os reis por povoar os lugares da raia com coutos de homiziados ou por atrair população para o interior das cercas, outorgando-lhe diversos privilégios.

Caminhamos para a quinta cicatriz da guerra “a desorganização da vida pública e profissional”. As autoridades que enquadravam os homens, das concelhias às religiosas, punham-se muitas vezes em fuga, deixando um vazio de poder que, ao retomar-se, podia até ser mais lesivo que o anterior. A vida produtiva e social – assistencial, religiosa, administrativa – ficava desorganizada, se bem que alguns também pudessem ganhar com o clima de guerra, mormente com a subida dos preços alimentares.

Passam, depois, os Autores a analisar “as indemnizações, isenções e recompensas devidas às necessidades da guerra”. Como forma de atrair braços para as comunidades raianas, os monarcas isentavam os homens de impostos ou de serviços, concediam-lhes cartas de diminuição dos encargos fiscais colectivos ou davam-lhe até privilégios e recompensas.

Conhecem-se, em seguida, “as medidas de emergência e autorizações especiais” nesta conjuntura, especialmente respeitantes a serviços de natureza militar, como o porte de armas, a realização de obras de fortificação, a vigilância dos lugares, portanto o velar e roldar, ou os apuramentos de homens para a guerra. Mas também, entre outras, as facilidades para a pastagem dos gados.

Detêm-se logo então os Autores sobre “os cuidados com a manutenção e vigilância das obras de defesa” que se tornavam particularmente sensíveis nas praças fortes da fronteira. Tema que surge muito desenvolvido em ambos os períodos, o que decorre aliás dos anteriores trabalhos destes especialistas da história militar.

Já no penúltimo item são abordadas “as recompensas, castigos e cuidados com alcaides, fidalgos, fronteiros e outras personagens com intervenção nas zonas raianas”. As recompensas colectivas aos concelhos passam pelo alargamento dos seus termos e área de jurisdição. Já as principais autoridades militares eram a um tempo alvo de punições régias, se não cumpriam ou

abusavam das suas funções, ou a um outro, susceptíveis de serem agraciadas por bons serviços.

Finalmente, na última questão, analisa-se “o comércio e a guerra nas zonas de fronteira”, tratando-se, para o primeiro período, essencialmente do abastecimento de armas e cavalos, enquanto, no segundo, se alarga a temática ao vivo comércio de diferentes produtos que as regiões da raia sempre propiciavam.

Depois do breve percurso sobre esta obra, que aqui apresentei, creio que fica claro o amplo panorama que João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins nos oferecem sobre as cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço.

O tema, como também já referi, é desenvolvido a partir de uma grelha interpretativa e sistematizadora. É claro que podia ser esta ou outra, da mesma forma que no percurso das suas diversas alíneas há muitas intercorrências e interrelacionamentos ou mesmo inevitáveis justaposições.

Mas tal metodologia de trabalho oferece à obra um relevante e utilíssimo cunho didáctico. Com este fim até penso que poderia ter sido acrescentada no final a principal bibliografia sobre o assunto, mesmo para além da citada no texto e notas, que completaria aquela funcionalidade.

As minhas últimas palavras dirigem-se aos Autores, ao Editor e ao público.

Aos Doutores João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins para os felicitar por esta fundamentada e pedagógica síntese sobre o impacto social da guerra.

Ao Editor, Dr. Jorge Fragoso, para o congratular por sempre acolher e divulgar, em publicações muito atractivas, a escrita da História.

A todos vós, aqui presentes, para vos agradecer a presença e incentivar à leitura deste estudo com que muito aproveitarão, e que será, sem dúvida, a melhor recompensa para os Autores, que, com saber e entrega, a escreveram.

Maria Helena da Cruz Coelho

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
coelhohm@gmail.com